

Ministro veta qualquer congelamento

Rio — Depois de ouvir críticas à indefinição da política econômica, de garantir que não haverá congelamento de preços e que o País não enfrentará recessão em 1987, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, anunciou ontem, aos cerca de duzentos empresários que participam do seminário "Brasil 87: O Desafio Econômico", que o Governo deve anunciar até amanhã a criação de uma linha de crédito especial para pequenos e médios empresários.

Nos amplos salões do Copacabana Palace, Funaro observou atentamente o discurso de Amaury Temporal, presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, que afirmou que o conceito de longo prazo para os empresários hoje está reduzido a 24 horas. "Exigimos definições claras da política econômica do Governo", declarou Temporal, definindo a expectativa empresarial como de "perplexidade" e afirmando que as elevadas taxas de juros trazem aflição ao setor e estão levando as pequenas empresas à falência.

Mas o representante do empresariado não restrinui suas críticas somente às taxas de juros: disse também que o momento é de contenção dos gastos públicos e que a sociedade, responsável pelo pagamento dos custos da retomada do processo inflacionário,

reclama a transferência das despesas governamentais. "Vamos crescer com modernidade ou a comunidade continuará com seu desenvolvimento tolhido por um estado hipertrófico?", questionou.

A resposta de Funaro condicionou-se ao momento vivido pelo País, que enfrenta um confronto com os credores externos na busca de uma solução que permita um ajuste de sua dívida sem que, para isso, o Brasil se veja obrigado a viver novamente um processo recessivo. "Não queremos afastar a nação da modernidade, a exemplo do que ocorreu nos últimos quatro anos antes de nosso Governo, quando o ajuste externo se deu às custas da transferência dos recursos nacionais", disse o Ministro.

E foi essa a tônica de seu discurso — a de que o País não pode entrar novamente em recessão e que o Governo tem um compromisso com o crescimento. Funaro afirmou, ainda, que existem possibilidades reais para que a economia alcance as metas propostas, mantendo um superávit de US\$ 8 bilhões e reduzindo o desemprego, de forma a diminuir a taxa de 8 por cento de pessoas desempregadas do total da força de trabalho.

Para isso, ele acredita que a negociação da dívida externa em curso possibilhará uma margem "melhor" de importação, ne-

cessária para atender à demanda interna e às metas de crescimento mantendo também os compromissos de exportação. O objetivo será alcançado, em sua opinião, com novos financiamentos externos, que permitam inverter a situação econômica dos governos anteriores. "Nos últimos cinco anos, pagamos US\$ 45 bilhões e recebemos somente US\$ 11 bilhões de financiamento e, desse total, US\$ 24 bilhões foram para o exterior em 85 e 86, enquanto no mesmo período recebemos só US\$ 2 bilhões", exemplificou Funaro.

De certa forma, foi essa a resposta de Funaro às críticas do ex-presidente do BC, Ceiso Pastore, de que a equipe econômica do governo Figueiredo teria deixado um acordo plurianual de US\$ 50 bilhões para a negociação da dívida externa. "Isso foi uma proposta, não um acordo. O Governo da Nova República se recusa a fazer o que eles fizeram em 82, com recessão e desemprego, deixando o País com zero de reservas, após ter assumido em 1979 com US\$ 12 bilhões", rebateu.

Funaro, defendeu, ainda, a manutenção do gatilho salarial, cuja extinção é tida como necessária pelo ministro do Planejamento, João Sayad. Para evitar a recessão, acrescentou, "o Governo não hesitará em deixar de lado sua proposta

de reduzir o déficit público a 1,5 por cento do PIB, como é a meta para este ano, lançando mão de investimentos governamentais em setores de infraestrutura necessários ao crescimento industrial.

A discussão sobre se o País entra ou não em um processo recessivo foi um dos motivos apontados pelo Ministro como causa do aumento da poupança interna. De acordo com Funaro, nos últimos trinta dias o País recuperou quase que totalmente a queda da poupança registrada no ano passado.

Como forma de demonstrar a preocupação governamental com o desenvolvimento produtivo, Funaro destacou a decisão de transferir do FND, Cr\$ 19 bilhões, para o BNDES e Banco do Brasil, com o objetivo de financiar a livre iniciativa, além dos Cr\$ 30 bilhões do Fundo, que se destinam a "sustentar investimentos públicos em siderurgia e energia".

Mesmo rebatendo as críticas de que a principal causa do déficit público seja a manutenção de subsídios governamentais, Funaro garantiu que o subsídio ao trigo será extinto e que o Governo estuda projeto de lei para enviar ao Congresso, determinando que qualquer subsídio, daqui por diante, só seja concedido caso sejam especificadas as fontes de recursos.